

**A POSTERIDADE DO ESPIRITO
DE BANDUNG
Continuidade e ruptura na diplomacia do Sul
1955-2015**

**THE ENDURING VALIDITY OF THE SPIRIT
OF BANDUNG
Continuity and breakdown in southern diplomacy
1955-2015**

Beatriz Bissio*

Resumo

Em abril deste ano se comemorou o sexagésimo aniversário da Conferência de Bandung, o evento que deu origem ao conceito de Terceiro Mundo e criou as bases para a fundação do Movimento Não Alinhado. A data inspira a reflexão do presente trabalho sobre o legado da atuação desse conglomerado de países, cujo auge se deu nas últimas décadas do século 20 e coloca o desafio de identificar pontos de convergência com a diplomacia desenvolvida atualmente por países que faziam parte do chamado Terceiro Mundo e que hoje são identificados como líderes das suas respectivas regiões. Atores globais com posição de destaque, batizados de «emergentes», eles foram delineando objetivos comuns e criando uma certa institucionalidade dando origem aos BRICS.

Palavras-Chave: Brics / diplomacia / Bandung / Não Alinhados / relações Sul-Sul

Abstract

The sixtieth anniversary of the Bandung Conference, the event that gave rise to the concept of the Third World and created the basis for

* Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da equipe fundadora e diretora da revista «Cadernos do Terceiro Mundo».

the foundation of the Non-Aligned Movement, was celebrated in April this year. The occasion inspired this paper's reflection on the legacy of this conglomerate of countries which reached its peak in the last decades of the 20th century. It also challenged us to seek points of convergence with the diplomacy currently developed by countries that were part of the Third World and today are identified as leaders in their respective regions. Global players with prominent positions, called «emerging countries», they are outlining common goals and creating a formal political institutionality, giving rise to the BRICS.

Key-words: Brics / diplomacy / Bandung / Non-Aligned / South-South relations

[Recibido 28/08/2015 – Aceptado: 20/11/2015]

Neste começo de século 21 em que o eixo hegemônico parece deslocar-se para o Oriente e no cenário internacional os BRICS desempenham um papel significativo, é interessante lembrar que há sessenta anos - um breve lapso de tempo, se pensarmos nos profundos movimentos da história - reuniam-se na cidade indonésia de Bandung, capital da província de Java, entre 18 e 24 de abril, líderes de 29 Estados asiáticos e africanos já independentes, além de representantes de numerosos movimentos de libertação, num evento cuja principal mensagem situava-se no plano simbólico: uma significativa parcela da Humanidade antes marginalizada mostrava a consciência de seu papel e fazia ouvir a sua voz. Tratava-se, nada mais nada menos, de um bilhão 350 milhões de seres humanos, mais da metade da população mundial! Tendo saído do período colonial, esses povos não aceitavam o enquadramento na rígida bipolaridade da guerra fria e aspiravam a definir a sua posição no mundo segundo os seus próprios critérios.

Resgatar o legado de Bandung permite lembrar o papel preponderante desempenhado na Conferência por dois membros dos BRICS, a Índia e a China, representadas pelo primeiro ministro Jawaharlal Nehru e pelo primeiro ministro Chou En Lai, respectivamente. Não menos importante foi o papel do Egito, na figura do presidente Gamal Abdel Nasser, do Mali, representado pelo líder da independência do país, Modibo Keita, e da Indonésia, na figura do presidente Sukarno.¹ O «espírito de Bandung» marcou o processo de

¹ Muitos dos líderes presentes em Bandung foram derrocados ou mortos entre 1955 e 1970, entre eles Modibo Keita (derrocado e morto) e Sukarno (derrocado e mantido em prisão até a sua morte).

libertação do mundo colonial e mostrou o caminho para a inserção internacional do Movimento dos Países Não Alinhados, que explicitamente condenava o racismo, o colonialismo e o imperialismo. Formalmente, o Movimento Não Alinhado foi fundado na Iugoslávia, em 1961, mas os documentos oficiais de Bandung já explicitavam os princípios da política de não alinhamento.²

Imbuído do ideal de criar um espaço próprio –seria apropriado chamá-lo de uma comunidade imaginada?– no mundo bipolar da época, os povos representados em Bandung levantavam a bandeira da promoção da coexistência pacífica, rejeitando a participação em qualquer pacto militar. A partir da traumática experiência colonial, os Não Alinhados defendiam, também, a não intervenção e a não interferência nos assuntos internos dos demais países, consagrando os princípios de respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações, com a defesa dos direitos humanos como valor fundamental.

Bandung tinha um antecedente, a Conferência de Colombo, realizada um ano antes, em abril de 1954, com representantes de Indonésia, Birmânia (atual Myanmar), Índia, Paquistão e do país anfitrião, Ceilão, hoje Sri Lanka. Apesar de a Segunda Guerra Mundial ter terminado em 1945, a realidade de grande parte do mundo era de conflito, já que o cenário de pós guerra passou a ser dominado pelas tensões entre as superpotências e pela luta contra o colonialismo. A guerra da Indochina era um dos mais cruentosos exemplos dessa angustiante realidade. Enquanto a citada Conferência de Colombo estava reunida, desenrolava-se, no Vietnã, a batalha de Dien Bien Phu, e em Genebra começavam as negociações de paz que conduziram ao armistício de julho desse ano entre a França e a Indochina, medida que viria a adotar como solução militar provisória a demarcação do Paralelo 17, dividindo o Vietnã em dois, o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, com previsão de realização de eleições em 1956 para definir o destino do país. Na verdade, as propostas de Genebra não eram atingíveis e o conflito derivou na chamada «guerra do Vietnã», cujo principal protagonista, do lado ocidental, já não foi a França mas os Estados Unidos.

A necessidade de se estabelecer uma frente comum para defender a autodeterminação e a paz – num momento em que, como já citado, além das diferentes batalhas em prol da independência vivia-se o desafio maior da possibilidade de uma guerra nuclear entre as superpotências - levou os participantes da Conferência de Colombo de 1954 a aprovar a proposta de convocar uma reunião ampla, afro-asiática, para o ano seguinte, na cidade

² Em Belgrado, entre os 25 países participantes estava o Brasil, que enviou observadores; a Índia teve, mais uma vez, um papel relevante. A China não esteve presente.

indonésia de Bandung. O tom da Conferência de 1955 foi dado logo pelo chefe de Estado anfitrião, presidente Sukarno, da Indonésia, na sua fala durante a sessão de abertura do evento.

Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo ... Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade.³ (Selected Documents, 1995)

Apesar de Sukarno ter se empenhado em colocar a ênfase nos aspectos que uniam os participantes, naquele cenário dominado pelas divisões político-ideológicas da guerra fria não era tarefa fácil manter uma posição de independência em relação às superpotências. Havia, sem dúvida, entre os presentes um sentimento de rejeição ao colonialismo e, em particular, ao imperialismo. Mas se fosse colocada a questão de definir o que as diferentes delegações entendiam por imperialismo possivelmente teriam ficado em evidência nuances interpretativas, quando não explicações de tudo contraditórias. Por isso é interessante resgatar um dado significativo e pouco lembrado: a razão da escolha do dia 18 de abril para a abertura da Conferência. Coube também a Sukarno, na sua fala inicial, fornecer a explicação:

A luta contra o colonialismo tem sido longa; vocês sabem que hoje é o aniversário de uma data importante dessa história? Pois bem, em 18 de abril de 1775, Paul Revere⁴ deslocou-se à meia-noite através das

³ Tradução ao português de responsabilidade da autora do artigo.

⁴ Paul Revere é lembrado como um dos protagonistas da guerra de independência dos Estados Unidos. Suas «*corridas noturnas*» são consideradas um símbolo de patriotismo. Essas corridas noturnas começaram em 18 de abril de 1775, quando Revere saiu denunciando a iminente chegada de tropas britânicas, na véspera de batalhas que deram início à guerra de independência. Ele fazia parte de uma rede de inteligência

áreas rurais de Nova Inglaterra para anunciar a aproximação das tropas britânicas e informar sobre o início da guerra de Independência Americana, a primeira das guerras anticoloniais da história.⁵(Selected Documents, 1995)

A referência aos Estados Unidos como o primeiro protagonista da luta contra o colonialismo não era aleatória. Fazia-se necessário deixar claro que a posição anti-imperialista dos presentes não os impedia de separar o povo dos Estados Unidos, que tinha escrito uma bela página da história da Humanidade, de um governo que, naquele momento, para muitos deles, representava uma ameaça às suas aspirações de liberdade e autodeterminação. E era, também, uma concessão a pressões de alguns governos, como os das Filipinas, Paquistão e Tailândia, convidados à Conferência, que em setembro de 1954 tinham assinado com os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha o acordo que deu origem à Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO, na sigla inglesa).⁶

Por muitos motivos, a Conferência de Bandung é considerada um marco na história das relações internacionais do século 20, mas a posição relevante do evento, propositalmente realizado fora do âmbito geográfico ocidental deve-se, sem dúvida, ao fato de Bandung ter consagrado a emergência do Movimento dos Países Não Alinhados e do Terceiro Mundo.

Nas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial, num cenário de Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os países periféricos se esforçavam por estruturar-se como uma força com personalidade própria, independente dos dois blocos, mesmo quando muitos deles mantinham um alto grau de dependência de uma ou da outra superpotência, no plano econômico, político, tecnológico ou militar.

A Conferência de Bandung é, sem dúvida, o ponto de partida desse movimento; entre os principais pontos de sua agenda constava a meta de

estabelecida em Boston para controlar os movimentos das forças britânicas. Seu gesto foi imortalizado no poema «Paul Reveré's Ride», de Henry Wadsworth Longfellow (1860)

⁵ Tradução ao português de responsabilidade da autora do artigo.

⁶ A SEATO fazia parte da Doutrina Truman que visava assinar tratados de defesa coletiva com países aliados para criar uma espécie de «cinturão protetor» dos interesses norte-americanos diante da «ameaça comunista». Fundada inicialmente em setembro de 1954, em Manila, a SEATO passou a ter existência formal em 19 de fevereiro de 1955, após reunião realizada em Bangkok, Tailândia, onde também passou a funcionar a sede da instituição. A SEATO foi dissolvida em 1977, depois que a maioria dos membros perderam interesse em continuar a participar do tratado.

estruturar uma força política do Terceiro Mundo, capaz de promover a cooperação política, econômica e cultural. Essa aliança era vista como estratégica para superar o trágico legado do período colonial que as independências não tinham conseguido deixar para trás, já que através de formas por vezes sutis, perdurava o neocolonialismo. A convocatória e a própria idealização da Conferência coubera a dois dos mais importantes líderes das nações asiáticas que pouco antes tinham conquistado a independência, Ahmed Sukarno, da Indonésia, e Jawaharlal Nehru, da Índia, com apoio dos dirigentes de Paquistão, Birmânia e Sri Lanka (ex Ceilão), justamente os países que participaram da Conferência de Colombo, um ano antes, e aprovaram a proposta. Além da presença de outros líderes já citados, cabe destacar entre as proeminentes figuras presentes em Bandung a Ho Chi Minh, primeiro ministro do Vietnã, e o representante do Congresso dos EUA, o afro-americano Adam Clayton Powell, de Harlem. A participação de um congressista afro-americano era altamente significativa. Em 1954 tinha sido declarada ilegal pela Suprema Corte dos EUA a segregação escolar, mas a total revogação das chamadas *Leis de Jim Crow* – um conjunto de leis estabelecidas pelos estados sulistas, em vigor desde as últimas décadas do século 19, que exigiam instalações separadas para brancos e negros nos locais públicos, incluindo o transporte - ainda estava longe de ser uma realidade para os afrodescendentes dos Estados Unidos. Esse conjunto de leis só viria a ser completamente revogado em 1964, após um longo e doloroso processo de lutas sociais.

Princípios para a defesa da paz

A Declaração Final de Bandung, obtida através de consenso, fazia um chamado às superpotências a suspender os testes nucleares e definia os chamados «Dez princípios em prol da paz», que nortearam toda a atuação posterior dessas nações e foram incorporados pelo Movimento Não Alinhado. Eles estavam alicerçados nos «Cinco princípios da Coexistência Pacífica» definidos na declaração assinada em 1954 pela Índia e pela China, com a presença de Myanmar, para superar o seu contencioso, e colocavam a ênfase na defesa da soberania, na não agressão e não interferência em assuntos internos de outros países e na defesa da paz.

Eis os Dez Princípios de Bandung:

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, de acordo com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas;

- 2) Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
- 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas;
- 4) Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos dos demais países;
- 5) Respeito do direito de toda nação a defender-se individual ou coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas;
- 6) Rejeição do recurso aos acordos de defesa coletiva destinados a servir os interesses particulares das Grandes Potências, sejam quais sejam elas;
- 7) Abstenção de atos ou de ameaças de agressão ou do emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) Solução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como a negociação ou a conciliação, a arbitragem, ou o recurso perante os tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam adotar os países interessados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas;
- 9) Fomento dos interesses mútuos e da cooperação;
- 10) Respeito da justiça e das obrigações internacionais.

Esses *Dez Princípios* e o conteúdo geral do Comunicado Final não só esboçavam um plano de ação diplomática como deixavam clara a vontade dos países afro-asiáticos de fazer ouvir a sua voz pronunciando-se nitidamente em favor da negociação e da saída diplomática para os conflitos e na condenação *a priori* do uso da força pelas potências que sempre tiveram tradição intervencionista. O líder e poeta senegalês, Léopold Senghor, um dos impulsionadores da «negritude» e lutador pela independência do continente africano, diria anos mais tarde: «Bandung foi a expressão, a escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade. Era a morte do complexo de inferioridade». (Guitard, 1962) Além do passo importante na direção de uma agenda própria, a principal conquista política da Conferência de Bandung foi o fato de apresentar uma nova forma de compreensão do momento histórico, rejeitando a divisão de cunho ideológico entre Leste e Oeste e apresentando, como alternativa, o conceito de confronto Norte-Sul. Ou seja, a divisão do mundo que importava ressaltar era aquela que separava os países ricos e industrializados dos países pobres, subdesenvolvidos, exportadores de *commodities*.

Dois importantes líderes dos jovens Estados da Ásia e da África, Gamal Abdel Nasser, do Egito, e Jawaharlal Nehru, da Índia, inspirados na experiência

de Bandung, decidiram dar sequência às determinações da conferência e iniciaram uma série de articulações e negociações. A eles se uniu um terceiro líder, que apesar de pertencer ao continente europeu, estava identificado com todos os postulados levantados em Bandung: Josip Broz Tito, da Iugoslávia. Em 1956, reunidos em Brione (Suíça), Nasser, Nehru e Tito emitiram um pedido formal às superpotências para por fim à guerra fria e dar início à distensão e consolidaram os princípios que conduziriam à formação de um movimento cujo ambicioso objetivo central era a adoção de uma posição de independência em relação aos dois blocos, capitalista e socialista.

Nos anos seguintes, mudanças significativas viriam a ocorrer, a partir dos avanços no processo de libertação. Em 1960, dezessete países da Ásia e da África que tinham conquistado a independência foram admitidos como membros plenos da ONU durante a realização da XV Assembleia Geral da organização. Surgia uma nova correlação de forças no seio do mais importante organismo mundial, alterando qualitativamente o cenário, em favor dos países subdesenvolvidos. O seguinte passo foi a convocatória para a Conferência de Cúpula de chefes de Estado realizada na cidade de Belgrado (Iugoslávia), de 1 a 6 de setembro de 1961. Seis anos depois da Conferência de Bandung, essa reunião viria a lançar formalmente os alicerces do Movimento Não Alinhado, que nascia com uma representatividade ampla, já que novos países tinham conquistado a independência no período. Estiveram representados em Belgrado 28 países, dos quais 25 eram membros plenos e três tinham estatuto de observadores; entre os membros plenos só havia um país latino-americano, Cuba, cuja revolução triunfara dois anos antes. A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação ao *apartheid*, a luta contra o imperialismo em todas as manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento Não Alinhado desde a sua fundação em Belgrado.

Em maio de 1963, o avanço das lutas de libertação permitiu que 31 países do continente africano se unissem para fundar a Organização da Unidade Africana (OUA), que passou a brindar a forte apoio ao não alinhamento. A II Conferência de Cúpula dos Não Alinhados foi realizada no Cairo, de 5 a 10 de outubro de 1964, num momento em que o movimento já contava com 47 membros plenos, dez observadores e 30 representantes de movimentos de libertação. A declaração final insistiu na necessidade de assegurar «*a paz e a colaboração internacionais*», reiterando o apoio à luta contra o colonialismo, o racismo e o *apartheid*. Nos anos seguintes, o Movimento Não Alinhado foi submetido a duras provas. As tensões entre as superpotências expressavam-se,

quase exclusivamente, em conflitos nos países da periferia, a maioria deles, membros do Movimento Não Alinhado. Isso tinha um motivo: se houvesse um confronto direto entre Estados Unidos e a União Soviética, o mundo ficaria à beira de uma conflagração nuclear. Daí o esforço para evitar esse cenário. Hoje é reconhecido o fato de que, ao contrário do que foi afirmado por muitos pesquisadores durante décadas, a Guerra Fria foi travada, prioritariamente, não em solo europeu, mas no Terceiro Mundo.

A guerra de Vietnã e as várias guerras árabe-israelenses são exemplos representativos desse cenário, assim como também podem ser contabilizadas entre as suas consequências a sangrenta derrocada de Sukarno, na Indonésia, pelo general Suharto, que custou a vida de quase um milhão de pessoas, e o golpe de estado no Irã que colocou no poder, com apoio da CIA, o xá Muhammad Reza Pahlavi, depois da destituição do primeiro ministro nacionalista Muhammad Mossadegh, que ousara nacionalizar o petróleo. Na América Latina também foram derrocados numerosos governos progressistas –a nômima é ampla e inclui desde Jacobo Árbenz, na Guatemala, que enfrentou a United Fruit e foi derrocado em 1954, a João Goulart, no Brasil, em 1964, e Salvador Allende, em 1973– com a justificativa da luta contra o comunismo.

Na reunião do Cairo em 1964, foram definidas recomendações econômicas, aconselhando os estados membros a procurar caminhos próprios para o desenvolvimento. Já se falava nos documentos da necessidade de uma mudança na economia mundial para se atingir o que começou a ser chamado de «uma nova e justa ordem econômica».

As circunstâncias no Oriente Médio, com a Guerra dos Seis Dias, de 1967, e a crise na Indochina, entre outros motivos, fizeram com que entre a Conferência de Cúpula do Cairo e a seguinte se passassem seis anos. (As reuniões do Movimento de nível de chefes de Estado costumam ser realizadas, até hoje, de três em três anos). Nesse intervalo houve três reuniões, uma em outubro de 1966, em Nova Délhi, Índia, entre os presidentes da República Árabe Unida, Gamal Abdel Nasser, da Iugoslávia, Josip Broz Tito, e a primeira ministra da Índia, Indira Gandhi, chamada por isso de «Conferência Tripartite». A outra foi realizada em Belgrado, de 8 a 12 de julho de 1969, com caráter consultivo. Participaram representantes dos governos dos Países Não Alinhados, na altura, 44 países membros e sete observadores. Nela não só foram reafirmados os princípios do não alinhamento como exigiu-se a retirada de todas as forças estrangeiras do Vietnã, formulou-se um apoio explícito «ao povo árabe da Palestina» e exigiu-se a «retirada de Israel de todos os territórios árabes ocupados depois da guerra de junho de 1967». Também foi defendido o direito da República Popular China a ingressar na ONU. No plano econômico, houve

uma referência clara à necessidade de se adotarem medidas «que possibilitem um maior acesso dos países desenvolvidos aos mercados e ao financiamento ao desenvolvimento».

A Terceira Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados reuniu-se em Lusaka, Zâmbia, de 8 a 10 de setembro de 1970, com participação de 54 membros plenos. No fim do evento foi aprovada a «Declaração de Lusaka sobre Paz, Independência, Desenvolvimento, Cooperação e Democratização das Relações Internacionais». Esse documento e também a «Declaração de Lusaka sobre Não Alinhamento e Progresso Econômico» mostravam que os temas econômicos tinham recebido um tratamento prioritário nos debates, fato que diferenciava esse encontro dos anteriores. A partir de Lusaka, os debates do Movimento Não Alinhado terão sempre dois focos: um político e outro econômico. Na declaração que aborda os temas econômicos, se afirma que «a brecha entre os países pobres e os países desenvolvidos tem se aprofundado» e que «devem ser intensificados os esforços para concretizar urgentemente mudanças estruturais na economia mundial». Amadurecidos por uma experiência de mais de uma década transcorrida desde Bandung, os chefes de Estado começavam a mostrar a sua compreensão da importância dos fatores econômicos para se atingir os objetivos traçados pelos Não Alinhados.

A IV Conferência de Cúpula do movimento, realizada entre 5 e 9 de setembro de 1973, em Argel, é considerada uma das mais importantes. Os motivos são vários, entre eles, o grande comparecimento: 75 países membros de pleno direito; da América Latina, a Argentina e o Peru participavam pela primeira vez e o Chile socialista liderado por Salvador Allende, que seria derrocado dois dias depois do término da Conferência, também esteve representado. Estavam presentes, ainda, oito países observadores, três convidados, Áustria, Finlândia e Suécia, e doze movimentos de libertação. Entre estes últimos cabe destacar a presença do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Partido Africano pela Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), da Organização Popular da África Sul Ocidental (SWAPO, da Namíbia) e da Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Mas a Conferência de Argel também foi importante pelos temas tratados. A declaração final aponta para uma deterioração, desde 1970, da situação internacional, caracterizada por «um fortalecimento das correntes pacifistas no mundo desenvolvido e por tensões nas áreas periféricas, em função da deterioração das condições econômicas nos países subdesenvolvidos».

Nessa IV Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados ouve uma aproximação explícita entre as posições tradicionais do Não Alinhamento e as

do campo socialista; Cuba teve um papel de destaque nas articulações que conduziram o Movimento a adotar uma postura mais aberta em relação ao bloco socialista. De fato, Fidel Castro, no seu discurso, defendeu essa posição, recolhida no «Programa de Ação para a Cooperação Econômica», um dos documentos aprovados em Argel. «Os Países Não Alinhados impulsionarão a cooperação científica e técnica com os países socialistas, em particular mediante a assinatura de convênios intergovernamentais, e através da criação, se necessário, de organismos mistos», afirma esse programa de ação.

O documento aprovado na IV Conferência de Cúpula se debruça, também, na análise do cenário internacional. Entre «as principais causas da desigualdade, que aumenta de forma permanente e aflige o mundo subdesenvolvido», a declaração cita «vários métodos de dominação econômica e de exploração neocolonialista». E responsabiliza as potências coloniais pela desigualdade, já que (essas potências) «continuam no controle dos recursos (naturais), apesar do sucesso alcançado no terreno da independência e da soberania política». O documento também denuncia «a atividade das companhias transnacionais e a sua função monopolista nos planos comercial, financeiro e industrial». O cenário exige, afirmam os Não Alinhados, a elaboração de políticas que conduzam ao «estabelecimento de um novo tipo de relações econômicas internacionais».

As definições adotadas em Argel, ratificadas e ampliadas em Colombo, capital de Sri Lanka, onde foi realizada, em 1976, a V Conferência dos Não Alinhados, mostram que nos anos setenta, no auge de sua atuação, o movimento passou a definir estratégias de luta na economia, com a bandeira da necessidade de se implementar uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), e no plano das comunicações, definindo a meta da implantação de uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII). Essas propostas eram fruto de estudos realizados em diferentes espaços e com variadas metodologias, que confirmavam um diagnóstico dramático: a superação do subdesenvolvimento não seria possível sem a implementação de mudanças profundas nas regras de jogo da economia internacional e nos fluxos informativos. Enquanto os preços das matérias-primas, principal fonte de divisas da maioria dos membros dos Não Alinhados, estiverem depreciados e os produtos manufaturados, pelo contrário, atingissem preços cada vez mais elevados, as desigualdades no desenvolvimento entre os países centrais e a periferia tenderiam a se aprofundar. Por outro lado, a concentração dos grandes meios de comunicação e as desigualdades sociais e tecnológicas entre o mundo desenvolvido e subdesenvolvido exigiam uma mudança no sistema informativo. Isto é, se se mantivesse o desequilíbrio em relação à produção e circulação de informação no mundo, com absoluta

predominância do controle pelos países centrais, e se a informação continuasse a ser tratada como uma mercadoria, sem reconhecer o seu papel estratégico nas relações internacionais, permaneceriam, sob novas roupagens, as formas tradicionais de dominação colonial.

A proposta da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) também chamada Nova Ordem Informativa Internacional (NOII), complemento indispensável para o surgimento da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), foi esboçada em Argel e aprofundada em Colombo e ambas causaram grande impacto na agenda internacional.⁷ Parte desse impacto pode ser avaliado pelo fato de a Nova Ordem Informativa Internacional ter sido incorporada, em 1978, aos programas da UNESCO (sigla inglesa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e incluída na pauta da Assembleia Geral da ONU. (Mattelart, 2001).

Esse primeiro passo da UNESCO foi complementado, posteriormente, com a designação de uma Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, presidida pelo irlandês Sean MacBride, um dos membros fundadores da Anistia Internacional, prêmio Nobel e prêmio Lênin da Paz. Essa Comissão estava formada por 16 integrantes, de todos os continentes, mas com uma expressiva maioria de representantes do Terceiro Mundo. Entre eles havia dois latino-americanos, o escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez e o diplomata chileno Juan Somavia. O resultado do árduo trabalho da Comissão foi um documento intitulado «Um Mundo e Muitas Vozes», mais conhecido como Relatório MacBride, publicado pela UNESCO em 1980. Por primeira vez uma agência da ONU reconhecia a existência de desequilíbrios nos fluxos informativos e elaborava um documento com propostas para a democratização no terreno da informação. De forma correta, o documento colocava o fato de a geração e a distribuição da informação que circula no mundo estar concentrada em quatro agências de notícias como a principal razão da existência de desequilíbrios na comunicação entre os países centrais e os países periféricos. Dessas agências, duas são europeias, a francesa France

⁷ O lançamento, em 1974, em Buenos Aires, da revista «Cadernos do Terceiro Mundo», de cujo grupo fundador fiz parte, tornando-me, anos mais tarde, a sua diretora, esteve inserido nas iniciativas levadas adiante, em diferentes partes do mundo, para contribuir ao desafio lançado em Argel pelo Movimento Não Alinhado de democratizar os fluxos informativos. O jornalista brasileiro Neiva Moreira, presente em Argel, exilado pela ditadura, propôs a vários colegas latino-americanos a fundação de uma revista que tratasse dos temas discutidos desde Bandung. O resultado foi essa publicação, pioneira no continente, que circulou de 1974 a 2006, com edições, em espanhol, português e inglês.

Presse (AFP) e a britânica Reuters (hoje Thompson-Reuters), e duas são norte-americanas, a Associated Press (AP) e a United Press International (UPI). Demais está dizer que a ousadia de colocar as agências transnacionais de notícias, estreitamente vinculadas aos grandes capitais financeiros, como «vilãs» suscitou fortes ataques de parte da mídia dos países capitalistas ocidentais. Desses ataques se fizeram eco muitos dos mais importantes jornais comerciais dos países do Terceiro Mundo. O diagnóstico e as propostas apresentados pela Comissão MacBride foram acusados de tendenciosos e de «ameaças» à liberdade de imprensa e ao livre fluxo informativo. (Mattelart, 2001).

O Relatório MacBride definiu onze princípios para a consolidação de uma Nova Ordem Informativa Internacional, a começar pelo fim dos desequilíbrios e desigualdades que caracterizam a situação vigente. Para se obter essa meta, a comissão de especialistas propunha a eliminação dos efeitos negativos de determinados monopólios, públicos ou privados, e da excessiva concentração de poder; definia também, a necessidade da remoção dos obstáculos internos e externos para o livre fluxo e a mais ampla e equilibrada disseminação das informações e ideias, e o respeito à pluralidade de fontes e canais de informação; defendia a liberdade de imprensa e de informação e a liberdade para os jornalistas e para todos os profissionais dos meios de comunicação, mas fazia uma ressalva: «a liberdade é inseparável da responsabilidade». A comissão propunha, ainda, a preparação dos países em desenvolvimento para que pudessem melhorar a informação em suas próprias nações, «sobretudo no que diz respeito à aquisição de equipamentos próprios» e capacitação de pessoal, com recuperação da infraestrutura, «além de tornarem os meios de informação e de comunicação sintonizados com suas próprias aspirações e necessidades». Exaltava a necessidade de um compromisso sincero dos países desenvolvidos para ajudar os demais a alcançar esses objetivos; o respeito à identidade cultural de cada povo e ao direito de cada nação para informar o público internacional sobre seus interesses, aspirações e respectivos valores sociais e culturais; e, finalmente, defendia o «respeito aos direitos de todos os povos para participar de intercâmbios de informação, baseando-se na igualdade, justiça, benefícios mútuos e respeito aos direitos da coletividade, assim como dos grupos étnicos e sociais, para que possam ter acesso às fontes de informação e participar ativamente dos fluxos de comunicação».

Lembremos que no final dos anos 70 e início dos 80 os dois países que ditavam as regras do capitalismo mundial eram os Estados Unidos, governado por Ronald Reagan, e a Grã-Bretanha, sob a liderança de Margaret Thatcher, dois dirigentes ligados estreitamente à imposição do modelo neoliberal. Com a alegação de que a UNESCO estava «excessivamente politizada», esses dois

países decidiram sair da agência da ONU e, ao fazê-lo, retiraram os seus aportes, privando-a de 30% do orçamento. Sem apoio de dois dos mais importantes financiadores, essa agência não conseguiu implementar as resoluções da Comissão presidida por Sean MacBride, e em função da penúria econômica, entrou em um longo período de ostracismo.

Passados mais de 30 anos do diagnóstico realizado pela Comissão de especialistas, muitas das suas formulações continuam vigentes. Muitos especialistas consideram que as modernas tecnologias da comunicação abrem a possibilidade de reavaliar e atualizar o documento elaborado pela Comissão MacBride (Masmoudi, 2005). A última reunião de Cúpula dos Países Não Alinhados, realizada em Teerã, em agosto de 2012, retomou o tema das comunicações e definiu o propósito de revigorar a agência de notícias do Movimento dos Países Não Alinhados⁸.

A correlação de forças naquele momento histórico não favorecia esse tipo de alternativa e, em grande medida, os objetivos dos Não Alinhados se viram frustrados ou foram sendo progressivamente abandonados, com a consequente perda de protagonismo e de peso político do Movimento no cenário internacional.

O cenário do século 21

Nas primeiras décadas do século 21, num mundo marcado pela globalização, e portanto bem diferente daquele das décadas de 50 a 90 do século passado, alguns dos países que faziam parte do Terceiro Mundo passaram a ser identificados como potências regionais médias e líderes das suas respectivas regiões. Entre os analistas que trabalhavam com essa avaliação estava Jim O'Neil, economista-chefe da Goldman Sachs, quem publicou no ano de 2001 um artigo intitulado «Building Better Global Economic - BRICs, lançando a expressão que viria a se tornar popular anos depois. Em setembro de 2006,

⁸ O Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) é atualmente a segunda maior organização internacional do mundo, depois das Nações Unidas. Com 120 membros plenos e 17 membros observadores, inclui a maior parte dos países e governos do mundo. Cerca de dois terços dos estados-membros da ONU são membros plenos do MNA. A União Africana, a Organização de Solidariedade do Povo Afro-Asiático, a Commonwealth de Nações, o Movimento Independentista Nacional Hostosiano, a Frente de Libertação Socialista Nacional Kanak, a Liga Árabe, a Organização de Cooperação Islâmica, o South Center, as Nações Unidas e o Conselho Mundial da Paz também são observadores.

quando os chanceleres do Brasil, da Rússia, Índia e China se encontraram, no marco da 61ª Assembleia Geral da ONU, e decidiram definir uma agenda própria a ser desenvolvida nos anos seguintes, estavam dando o primeiro passo para concretizar um mecanismo de concertação ao qual juntou-se, em 2011, a África do Sul. Eles tornaram-se, então, efetivamente, os BRICS (com «s» maiúsculo ao final, agora representando o quinto integrante do grupo). Desta forma, lentamente, as maiores economias emergentes, com destaque para a economia da China, com o segundo PIB do mundo, caminharam rumo a sua institucionalização. A III Cúpula dos BRICS, realizada na China, em 2011, ampliou o debate ao interior do grupo, incluindo novos temas, em particular os econômico-financeiros, e ratificou a vontade política de levar adiante projetos conjuntos específicos, priorizando setores estratégicos como agricultura, energia, ciência e tecnologia. E a IV reunião de Cúpula, realizada em Julho de 2014 no Brasil, na cidade de Fortaleza, ratificou um acordo econômico cujo principal resultado é a fundação de um Novo Banco de Desenvolvimento, cuja sede será em Xangai e cuja presidência caberá à Índia, com uma base de capital autorizado de 100 bilhões de dólares.

Com essas medidas, o grupo dos BRICS mostra-se capaz de questionar as regras do jogo da macroeconomia mundial. Até agora, as potências emergentes não tinham encontrado um espaço apropriado nem de diálogo nem de negociação, dentro das estruturas criadas no fim da Segunda Guerra Mundial. Por isso, procuravam uma inserção condizente com o seu peso específico. As decisões recentes demonstram o posicionamento crítico do BRICS em relação às instituições financeiras internacionais, em particular o FMI e o Banco Mundial, deixando em evidência a sua perda de legitimidade e eficácia. E, ao mesmo tempo, elas põem de relevo a decisão do grupo de agir por conta própria, criando alternativas sem entrar em confronto direto com os poderes hegemônicos e propiciando um crescimento global mais inclusivo. Os BRICS confirmam a escolha de um caminho próprio, crítico do neoliberalismo e defensor de um Estado mais forte, um de cujos objetivos é criar as condições necessárias para substituir o arcabouço financeiro surgido em 1944, na reunião realizada no Mount Washington Hotel, na cidade de Bretton Woods, Estados Unidos. Essa opção do BRICS remete à atuação do Movimento dos Países Não Alinhados questionando as regras de jogo vigentes na época e reivindicando uma Nova Ordem Econômica Internacional.

O Movimento dos Países Não-Alinhados fracassou em praticamente todas as metas que tinha traçado. A correlação de forças naquele momento histórico não era favorável a esse tipo de alternativa e às dificuldades inerentes à fraqueza relativa dos países do Terceiro Mundo somava-se a ruptura entre as

duas potências socialistas, a URSS e a China. Mas acertou e muito nos seus diagnósticos, que em geral, não perderam atualidade.

No século 21 a China e a Rússia se reaproximaram e estão levando adiante ambiciosos projetos conjuntos em áreas estratégicas, propiciando um salto de desenvolvimento em todo o continente asiático. Essa aliança reforça o poder dos BRICS, cujo «modus operandi» não tem sido definir grandes metas, mas avançar na adoção de medidas que mudam a correlação de forças a nível internacional. A adoção dessas medidas aproxima a atuação dos BRICS dos Não Alinhados, cada um com características próprias, definidas em grande medida pelas circunstâncias históricas concretas em que estavam (e estão) inseridos. Mas, se colocarmos a atuação dos BRICS no contexto de um longo processo histórico de questionamento das regras de jogo impostas ao mundo no fim da Segunda Guerra Mundial, é possível encontrar uma continuidade de objetivos e uma coincidência de diagnósticos. E ainda a meta comum de contribuir para o desenvolvimento com justiça social, num contexto de paz e de respeito ao direito internacional.

Referência

Selected Documents of the Bandung Conference. (1995) New York: Institute of Pacific Relations

Bibliografia

Amorim, C. (2013). *Breves narrativas diplomáticas*. São Paulo: Benvirá

Guimarães, S. P. (2002). *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS

Guitard, O. (1962). *Bandung y el despertar de los pueblos coloniales*. Buenos Aires: EUDEBA

Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hobsbawm, E. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras

Lee, C. (2011). *Making a World after Empire. The Bandung Movement and its political alternatives*. Athens: Ohio University Press

- Mattelart, A. (2001). *Comunicação-Mundo. História das ideias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes
- Mesa, R. (1993). *La Conferencia de Bandung*. Madrid: Cuadernos del Mundo Actual
- Simon, D. (2001). *Fifty Key Thinkers on Development*. London and New York: Routledge
- Singham, A. W., Hune, S. (1986). *Non-alignment in an Age of Alignments*. New York: Lawrence Hill
- Um mundo de muitas vozes (Relatório MacBride). (1983) Rio de Janeiro: UNESCO, FGV
- Vizentini, P. A. (2000). Guerra Fria. Em Reis Filho, D. A. Ferreira, J. & Zenha, C.(Orgs.) *O Século XX, Tempo de crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

Publicações Periódicas

- Masmoudi, M. (enero-abril, 2005) Rehabilitación de la Comisión MacBride: 25 años después. *Cuadernos del CAC*, 21
- Melo, J. M. (set-dez, 2005) A participação latino-americana nas teses sobre a democratização da comunicação: revisitando MacBride e a NOMIC. *Eptic*, v. VII (6)
- Poerner, A. J. A ONU chega à idade da razão. *Cadernos do Terceiro Mundo*, vol. 83.